



## **Os conhecimentos tradicionais das mulheres agricultoras em Francisco Beltrão (PR), Brasil: o uso das plantas medicinais na sociedade moderna**

## **Conocimientos tradicionales de las mujeres agricultoras en Francisco Beltrão (PR), Brasil: el uso de las plantas medicinales en la sociedad moderna**

Aline Motter Schmitz <sup>1</sup> 

Roseli Alves dos Santos <sup>1</sup> 

### **Resumo**

Os conhecimentos tradicionais fazem parte de culturas locais e encontram-se em domínio de diversas populações. As mulheres são detentoras dos conhecimentos sobre a prevenção e cura de enfermidades através da utilização das plantas medicinais, práticas que resistem ao tempo e à modernização produtiva ocasionada pela consolidação do sistema capitalista de produção. O objetivo deste texto é analisar o vínculo entre os conhecimentos tradicionais e as mulheres e verificar as mudanças e permanências neste vínculo na modernidade. A metodologia é de pesquisa qualitativa, pautado em revisão teórica e coleta de dados e informações. A coleta de informações primárias foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, com 16 agricultoras que integravam o Coletivo de Mulheres Agricultoras do Sintraf-FB, no município de Francisco Beltrão, Paraná. Na constituição da modernidade e da ciência enquanto conhecimento universal, os conhecimentos tradicionais relacionados às plantas medicinais passam a ser invisibilizados, mas, assim como as espécies de plantas, permanecem salvaguardados pelos povos e principalmente pelas mulheres agricultoras.

**Palavras-chave:** gênero; patriarcado; Geografia Agrária; decolonialidade.

### **Resumen**

Los conocimientos tradicionales forman parte de las culturas locales y son competencia de diversas poblaciones. Las mujeres son poseedoras de conocimientos sobre la prevención y cura de enfermedades a través del uso de plantas medicinales, prácticas que resisten al tiempo y a la modernización productiva provocada por la consolidación del sistema capitalista de producción. El objetivo de este texto es analizar el vínculo entre el conocimiento tradicional y las mujeres y verificar los cambios y permanencias en este

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Francisco Beltrão, PR, Brasil.  
E-mails: [alinemotter@hotmail.com](mailto:alinemotter@hotmail.com); [roseliasantos@gmail.com](mailto:roseliasantos@gmail.com)

---

vínculo en la modernidad. La metodología es la investigación cualitativa, basada en la revisión teórica y la recolección de datos e información. La información primaria fue recolectada a través de entrevistas semiestructuradas con 16 agricultoras que formaban parte del Colectivo de Mujeres Campesinas de Sintraf-FB, en el municipio de Francisco Beltrão, Paraná. En la constitución de la modernidad y de la ciencia como conocimiento universal, los conocimientos tradicionales relacionados con las plantas medicinales se invisibilizan, pero, al igual que las especies vegetales, permanecen salvaguardados por los pueblos y especialmente por las mujeres agricultoras.

**Palabras clave:** género; patriarcado; Geografía Agraria; decolonialidad.

---

## **Introdução**

Neste artigo consideramos que os conhecimentos tradicionais fazem parte de culturas locais, protagonizados por diversos povos e que são a base da institucionalização de diferentes formas e expressões do conhecimento. Mas, a ênfase que daremos, é para os conhecimentos sobre a prevenção e cura de enfermidades através da utilização das plantas medicinais, práticas que resistem ao tempo e à modernização produtiva ocasionada pela consolidação do sistema capitalista de produção e que são dominados e preservados prioritariamente pelas mulheres agricultoras.

Os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais ficaram por muito tempo à margem do sistema produtivo capitalista, igualmente os conhecimentos das mulheres, que são considerados inferiores perante a lógica patriarcal dominante. Assim sendo, o objetivo deste texto é analisar o vínculo entre os conhecimentos tradicionais e as mulheres agricultoras e verificar as mudanças e permanências neste vínculo na modernidade.

A metodologia deste trabalho é de pesquisa qualitativa, pautado em revisão teórica e coleta de dados e informações. A fim de identificar a autoria das obras e trabalhos utilizados, na primeira vez que aparece no texto, escrevemos os nomes das autoras e autores por extenso, na sequência, apenas o sobrenome, conforme orientação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A coleta de informações primárias foi realizada através de entrevistas semiestructuradas, para este texto, utilizamos o relato de 16 agricultoras, transcritos, mas, preservando suas identidades<sup>2</sup>, substituindo seus nomes verdadeiros por nomes de plantas medicinais: Hortelã, Poejo, Calêndula,

---

<sup>2</sup> Conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Carqueja, Ginseng, Cavalinha, Avelós, Capim Limão, Endro, Cidrô, Camomila, Boldo, Melissa, Erva Cidreira, Erva-doce, Penicilina e Espinheira Santa.

A pesquisa da qual este texto se origina é a tese de doutorado “A territorialização dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais: a experiência do coletivo de mulheres agricultoras do Sintraf-FB” realizada entre 2018 e 2023, com mulheres agricultoras do município de Francisco Beltrão, Paraná (Schmitz, 2023) e das atividades de extensão universitária e as vivências decorridas do trabalho que realizamos com as mulheres agricultoras do sudoeste do Paraná, desde 2009.

### **Os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais na constituição da modernidade: a colonialidade do gênero**

Assim como a tentativa de condicionar as mulheres ao espaço privado<sup>3</sup>, diante da divisão sexual do trabalho patriarcal, os conhecimentos tradicionais de cura pelas plantas medicinais foram considerados atrasados perante a constituição da sociedade moderna. O capitalismo prioriza o lucro da indústria química em detrimento das práticas tradicionais de prevenção e cura das doenças.

Ao mesmo tempo que se institui o sistema capitalista e se consolidam as instituições modernas, os conhecimentos dos povos considerados, pelos dominadores, como inferiores pela sua raça, passam a ser desvalorizados. Neste sentido, temos uma desvalorização pautada ainda na questão de classe e que desvaloriza conhecimentos das camponesas e dos camponeses, dos indígenas, da população negra, etc., mas de forma predominante, das mulheres. Silvia Federici (2004) demonstra que a caça às bruxas na Europa, que dizimou milhares de mulheres em menos de dois séculos, predominantemente mulheres camponesas, é um fato contemporâneo ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, bem como aos cercamentos ingleses, o início do tráfico de escravizados, entre outros acontecimentos que se

---

<sup>3</sup> Em 2016, quando estava em desenvolvimento o golpe contra a primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff, para sua destituição do cargo, a revista *Veja* publicou uma matéria referente à esposa de seu vice Michel Temer, cúmplice de tal ato, com o título “Marcela Temer: Bela, recatada e do lar”. Tal matéria foi amplamente criticada por feministas, como uma tentativa de vincular a imagem das mulheres ao espaço privado, papel social definido historicamente (de mãe e dona de casa), o oposto do que a que então representava a presidenta Dilma. Tal publicação é um dos discursos machistas, recorrentes na sociedade patriarcal, de que as mulheres não são capazes de ocupar espaços públicos e de decisões. Portanto, ao ocupar tais espaços, tece-se um ato de insubordinação contra o sistema imposto.

fortalecem no modo de produção capitalista. “Podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e ao poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, seu controle sobre a reprodução e sua capacidade de curar” (Federici, 2004, p. 309-310).

Aqui reafirmamos a ancestralidade entre as mulheres e o ato de curar e como gradativamente o cuidado vai sendo forjado como uma tarefa feminina na divisão sexual do trabalho na sociedade feudal, como afirma Juliana de Almeida Costa (2015). Mas o controle do conhecimento por parte das mulheres sobre determinados cuidados, especialmente envolvendo a cura pelas plantas medicinais, levou muitas mulheres à morte pela Inquisição, na tentativa de extermínio de tais conhecimentos e do controle por parte de quem naquele momento dominava o saber baseado na divindade. Ao curso da história as mulheres vão sendo atacadas no sentido de manter sobre elas um controle do corpo e dos seus conhecimentos. No campo este cerceamento o distanciamento espacial é um aliado.

Vandana Shiva (2003) trata sobre os sistemas de saberes desaparecidos (os saberes locais e os sistemas tradicionais de saberes) através da sobreposição dos saberes considerados universais e superiores (o saber ocidental, considerado universal, mas que também faz parte de uma determinada cultura local, dominadora e colonizadora). O sistema moderno de saber ocidental está “associado a uma série de valores baseados no poder que surgiu com a ascensão do capitalismo comercial” (Shiva, 2003, p. 22).

Neste contexto, para Shiva (2003), os conhecimentos locais são inferiorizados pelos conhecimentos considerados modernos, sendo que a primeira etapa para seu colapso consiste em sua invisibilidade. “A dicotomia universal/local é desvirtuada quando aplicada às tradições do saber ocidental e autóctone porque a tradição ocidental é uma tradição que se propagou pelo mundo inteiro por meio da colonização intelectual” (Shiva, 2003, p. 22).

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (Shiva, 2003, p. 25).

Desta forma, os conhecimentos locais, mesmo diretamente relacionados ao interesse público e social são taxados de anticientíficos e desconsiderados perante o conhecimento dominante. Assim, para Shiva (2003), o interesse comercial é ressaltado e os ecossistemas florestais passam a ser reduzidos às espécies de valor para o comércio. Há destruição da diversidade. Vandana Shiva (1993) crítica a revolução científica que transfere o controle de espécies vegetais dos agricultores às grandes empresas.

A hibridização foi uma invasão da semente; fracturou a unidade da semente enquanto grão (alimento) e enquanto meio de produção. Ao fazê-lo, abriu espaço para a acumulação de capital necessário à indústria privada, com vista a estabelecer-se firmemente na criação de plantas e na produção comercial de sementes. Tal como no caso do processo regenerador da mulher, o primeiro passo para colonização da semente é a sua redução por meio de uma metáfora mecanicista (Shiva, 1993, p. 45).

A capacidade de regeneração e multiplicação das sementes sobre o controle de agricultores é um obstáculo para o setor empresarial. Objetiva-se a transformação de uma fonte comum em mercadoria, as quais, sem auxílio artificial de suplementos manufaturados, perdem a capacidade de reprodução e de produção. Desta forma, a utilização de patenteamento tem levado à consolidação dos lucros industriais sob a forma de controle produtivo (Shiva, 1993).

No Brasil, foi instituída a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, conhecida como a Lei da Biodiversidade, que “dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade” (Brasil, 2015).

Em tese, a implementação de tal legislação significa salvaguardar os conhecimentos tradicionais e o patrimônio genético das espécies vegetais, com regulamentação sobre sua utilização nas pesquisas e desenvolvimento e no setor industrial. Em seu 8º artigo salienta-se que: “ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de populações indígenas, de comunidade tradicional ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita” (Brasil, 2015). No entanto, Marciana Magni, Sheila Pegoraro e Jorge Ricardo Luz Custódio (2020) verificam que sua aplicação não coaduna com os objetivos anunciados, inclusive a consideram retrocesso em relação à legislação que a antecedeu, privilegiando pesquisadores e empresas.

Embora tenha pontos positivos, a Lei nº 13.123/2015 possui falhas, principalmente relacionadas à falta de reconhecimento das comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais relacionados à biodiversidade e, também, relacionados à não identificação de tais sujeitos para a repartição dos benefícios, após lançamento no mercado de produtos oriundos destes (Magni; Pegoraro; Custódio, 2020).

Há, neste contexto, um mecanismo institucional que atende ao setor empresarial, que dá continuidade ao processo de transferência dos conhecimentos tradicionais e do acervo biológico para as grandes corporações, fato que ocorre historicamente no Brasil e no mundo.

Shiva (1993) também ressalta a transferência de saberes das mulheres para o conhecimento hegemônico e utiliza como exemplo a capacidade do parto que é reduzido aos conhecimentos médicos, principalmente a partir dos anos 1950, quando se considera a necessidade de os partos acontecerem em hospitais. Ao considerarmos as condições de acesso das mulheres rurais ao sistema de saúde hospitalar brasileiro, por exemplo, observamos o problema que se impõe a este grupo de mulheres que ainda hoje, no século XXI moram em espaços cujos acessos de estradas e centros de saúde são precários.

A universalidade do conhecimento científico sem uma base material é uma forma de violência expressa na negação dos conhecimentos praticados pelas mulheres. No entanto, há uma apropriação pela ciência ocidental moderna dos conhecimentos locais, ligados às mulheres e às populações tradicionais.

Verificamos que “a América se constitui como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade” (Quijano, 2005, p.117), a partir dos processos de inferiorização dos povos americanos em uma perspectiva de raça, consolidando uma relação de dominação e da articulação do controle sobre o trabalho, os recursos e seus respectivos produtos a partir do capital e do mercado mundial. Assim, a América foi constituída enquanto espaço dominado pelo sistema capitalista, ao passo que os conhecimentos dos povos também são vistos como inferiores ao povo europeu, colonizador.

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas - entre seus descobrimentos culturais - aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (Quijano, 2005, p. 121).

Para Fátima Teresa Braga Branquinho (1999), não faltam relatos sobre o intercâmbio de plantas medicinais e os conhecimentos relacionados entre nações europeias, americanas e africanas no período colonial através das rotas marítimas. Da mesma forma, para Juliana de Almeida Costa (2015), há uma difusão de conhecimentos devido às navegações portuguesas e espanholas na transição entre Idade Média e Moderna. “Em 1548 a primeira Farmacopéia do mundo foi publicada em Paris e os conhecimentos trazidos e, ainda no século XVI, os jesuítas divulgaram muitos conhecimentos das populações indígenas do Brasil pela Europa” (Costa, 2015, p. 83).

De acordo com autora, a história escrita apresenta a versão dos “vencedores”, pouco se fala dos conhecimentos populares milenares repassados entre as gerações de famílias. Não se fala, por exemplo, que os conhecimentos farmacológicos foram usurpados das populações que possuíam estes conhecimentos, foram testados e sistematizados sem nenhum retorno financeiro para quem os possuía.

A cultura ocidental é propagada à população dominada da América, a ideia da globalização e expansão de uma única cultura moderna camufla a relega os conhecimentos autóctones que resistem mesmo de forma subjugada. Para o mundo “moderno”, não há espaço para os conhecimentos considerados na perspectiva da modernidade como “atrasados”. No entanto, estes conhecimentos são resistentes e persistentes.

Na atualidade a vida das agricultoras pesquisadas é perpassada pelos processos de colonialidade desde os produtos e as culturas da modernidade, bem como pela lógica capitalista de produção, ao passo que essas mulheres resistem às formas de opressão, coexistindo os produtos da modernidade e os conhecimentos tradicionais.

María Lugones (2014) instiga a pensar os povos colonizados a partir do sistema global capitalista colonial como habitante de um *lócus* fraturado, em constante conflito, mas resistindo:

[...] um ser que começa a habitar um *lócus* fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os “lados” do *lócus* estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla [...] (Lugones, 2014, p. 942).

Para Lugones (2014), “[...] a partir do *lócus* fraturado, o movimento consegue manter modos criativos de reflexão, comportamento e relacionamento que são antitéticos à lógica do capital [...]”, principalmente a partir de comunidades, as quais repassam

“práticas, valores, crenças, ontologias, tempoespaços e cosmologias” (p. 949) entre gerações. Portanto, para Renata Borges Kempf e Josiane Carine Wedig (2019), o *lócus* fraturado e subjetividade ativa são adequados para o estudo sobre a resistência das mulheres camponesas às formas de opressão.

Lugones (2014) utiliza o termo colonialidade para representar as heranças do processo de subordinação colonial. Para a autora, a colonialidade de gênero ainda está conosco “[...] é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial [...]” (Lugones, 2014, p. 939). Desta forma, a autora trata da necessidade de descolonizar o gênero a partir da crítica à opressão de gênero racializada e capitalista heterossexualizada. “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (Lugones, 2014, p. 941).

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do *lócus* fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado (Lugones, 2014, p. 941).

Desta forma, os conhecimentos das mulheres agricultoras são representativos de um *lócus* fraturado, que por muito tempo foi desvalorizado perante a hegemonia do saber ocidental. Embora transformações significativas tenham ocorrido, na produção de plantas medicinais, por exemplo, o quintal da casa é o local onde muitas espécies são cultivadas e preservadas, mesmo com o aumento expressivo do uso de agrotóxicos nas lavouras. Na pesquisa realizada, verificamos que é significativa a quantidade de espécies de plantas medicinais cultivadas pelas agricultoras, mesmo que coexistam na mesma unidade produtiva os cultivos orgânicos e os convencionais (realizados através da utilização dos agroquímicos). Na Imagem 1, a foto de uma unidade produtiva de uma das agricultoras pesquisadas.

**Imagem 1** - Unidade produtiva de uma das agricultoras pesquisadas



**Fonte:** Trabalho de campo, Francisco Beltrão, 2022.  
**Org.:** Aline Motter Schmitz, 2022.

Os conhecimentos relativos às plantas foram repassados por gerações e persistem/resistem à lógica capitalista da monocultura e às relações de gênero patriarcais. Assim, as agricultoras estudadas mantêm refúgios, abrigando espécies de plantas e os conhecimentos medicinais atrelados a elas. Os quintais produtivos são refúgios de diversas espécies medicinais, pois possibilitam as salvaguardá-las diante da consolidação do modelo produtivo capitalista, pautado nas monoculturas. Haraway (2016) discute a eliminação de tais espaços-tempos no Antropoceno.

Anna Tsing (2015), em um artigo recente chamado “Feral Biologies”, sugere que o ponto de inflexão entre o Holoceno e o Antropoceno pode eliminar a maior parte dos refúgios a partir dos quais diversos grupos de espécies (com ou sem pessoas) podem ser reconstituídos após eventos extremos (como desertificação, desmatamento...). (Haraway, 2016, p. 139/140).

Refúgio é sinônimo de abrigo e esconderijo, locais de cultivos de inúmeras espécies medicinais, repassadas entre as agricultoras historicamente. De acordo com a agricultora Cidró (2021), o cultivo das plantas medicinais demanda trabalho permanente: “na verdade os chás, assim, se tu não cuida ele vai desaparecendo, tem que ficar cuidando, mudando”.

Verificamos através das entrevistas que as agricultoras possuem uma estratégia de troca de espécies com suas familiares e vizinhas, a fim de saber onde recuperar as variedades caso ocorra o extermínio delas em seus quintais produtivos, mantendo as espécies preservadas. Na entrevista conjunta, realizada com as agricultoras Stevia e Poejo

(2022), elas realizam a troca de espécies de plantas medicinais e receitas, “remédio e planta é o que a gente mais troca no interior” (Stevia, 2021).

Kempf e Wedig (2019) abordam o protagonismo de mulheres camponesas em uma agroindústria familiar rural. Assim, as autoras propõem a possibilidade da utilização do conceito de interseccionalidade para lançar olhar sobre as mulheres camponesas em uma perspectiva decolonial, a partir da sobreposição do modo de vida camponês e das questões de gênero. “As mulheres camponesas apresentam peculiaridades em relação às urbanas e também quanto aos homens camponeses” (Kempf; Wedig, 2019, p. 2).

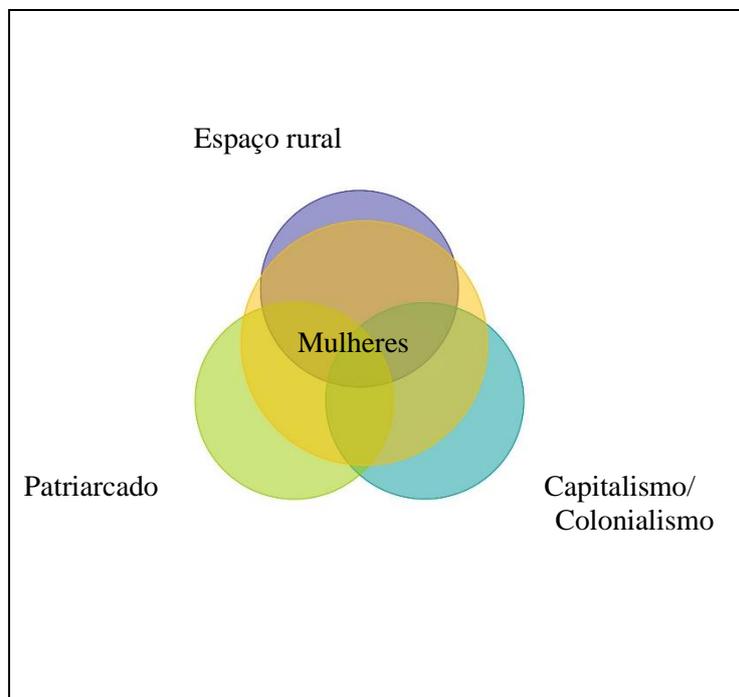
O conceito de interseccionalidade elaborado por Kimberle W. Crenshaw (2004) é importante por reconhecer as experiências das mulheres negras, por vivenciarem duplamente as discriminações: racial e de gênero. Portanto, a interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates de gênero. Mas, também, identificar sobreposições no processo de exclusão e/ou discriminação devido às diferenças, seja por gênero, etnicidade, classe, idade, deficiência, entre outros. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2004, p. 10).

De acordo com Crenshaw (2004, p.11), “é preciso identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas”. Portanto, falar sobre interseccionalidade discriminatória é preciso, o que na Geografia pode ser pensado através do espaço, como forma de entender a maneira que, historicamente, grupos diferentes vivenciam: a questão da desigualdade. No espaço rural, as mulheres vivem situações específicas.

Para Maria Igenes Paulilo (2016), há um difícil cruzamento entre classe e gênero, tratando especificamente das mulheres agricultoras. Para a autora, ao serem consideradas como produtoras rurais, as mulheres não necessariamente modificaram a base das relações de gênero nas famílias, da mesma maneira, assumir uma atividade remunerada, não significa que as mulheres sejam representativas nos espaços de decisões.

Na Imagem 2 organizamos um esquema gráfico procurando refletir sobre as agricultoras pesquisadas. Assim, as entendemos como mulheres situadas na intersecção sobre as questões de gênero, inseridas no espaço rural, capitalista, colonial e patriarcal.

**Imagem 2** - Sobreposição de categorias analíticas elaborado a partir do conceito de interseccionalidade



**Fonte:** Crenshaw, 2004.  
**Org.:** Aline Motter Schmitz, 2020.

A partir da Imagem 2 é possível refletir sobre vivências das agricultoras. Por exemplo, o espaço rural no qual estão inseridas consiste em local afastado de muitos produtos e serviços oferecidos pela urbanização (creches, produtos alimentícios perecíveis, farmácias, etc.), portanto, muitas agricultoras têm o hábito de produzir e cozinhar muitos alimentos, que no espaço urbano são acessados no mercado, como panificados, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho às mulheres, pois, são predominantemente elas que realizam o trabalho doméstico nas unidades produtivas.

O espaço rural, assim como os demais, é perpassado pela ordem patriarcal de gênero, na qual as funções sociais são atribuídas de acordo com o sexo. Portanto, a divisão sexual do trabalho é naturalizada ao longo de gerações, inclusive pelas próprias mulheres, que reconhecem como papel feminino o trabalho doméstico e o cuidado com crianças e idosos, embora, contraditoriamente, as próprias mulheres rompam, de certa forma, com essa lógica ao adentrar nos espaços públicos.

Uma das agricultoras entrevistadas, ao se referir ao papel feminino, relata: “Eu sempre cuidei dos filhos, trabalhei na roça direto com ele (marido), eu cuidava da casa, eu fiz tudo o que uma mulher tinha obrigação de fazer, eu fiz [...]” (Ginseng, 2022).

O patriarcado no espaço rural relega às mulheres, na divisão sexual do trabalho, a responsabilidade com o trabalho não remunerado, cotidiano e restrito ao âmbito privado (trabalho reprodutivo). Conseqüentemente, sua participação nos espaços públicos é dificultada através da dependência financeira e de locomoção, pois, mesmo trabalhando ativamente nas atividades remuneradas (trabalho produtivo), as mulheres não as gerenciam, são dependentes financeiramente dos companheiros.

O capitalismo no espaço rural impõe aos agricultores/as a busca pela inserção no mercado global, priorizando-se a produção dos *commodities* agrícolas. Assim, os homens representam as famílias nas entidades representativas, sejam cooperativas, sindicatos, associação de moradores, etc. (como consequência do patriarcado) em busca por inserção tecnológica e competitiva, a fim de garantir que os produtos do trabalho sejam devidamente comercializados e remunerados.

Já as marcas da colonialidade, através da imposição de um conhecimento universalizado, considerado como único verdadeiro, trazem a presença predominante do cristianismo, da medicina ocidental moderna, da heteronormatividade, os quais se mesclam nos conhecimentos das mulheres.

Ao integrar os espaços públicos, as agricultoras levam seu modo de vida e suas práticas. Em Schmitz e Santos (2018), verificamos que, para além da comercialização, as agricultoras que constituíram a Ampema são guardiãs e disseminadoras de espécies medicinais, detentoras dos conhecimentos milenares. Uma preservação que ocorre também pelo cultivo das plantas medicinais, que é responsabilidade das mulheres na divisão sexual do trabalho da agricultura, especialmente quando está relacionado com os cuidados da família. Uma das agricultoras entrevistadas destaca que no período que ficou enferma, perdeu espécies de plantas medicinais. “Os remédios eu tenho ainda para o consumo, uma parte morreu quando eu fiquei doente também” (Calêndula, 2022).

Verificamos, a partir dos relatos, que os conhecimentos relacionados à utilização das plantas medicinais, embora não sejam exclusivos das mulheres, são repassados entre

elas, através das gerações, destacando-se principalmente a aprendizagem através das mães, avós e familiares.

Quando questionadas sobre o uso das plantas medicinais, destacam: “Na verdade, eu sempre usei, porque a mãe tinha o hábito de usar, a mãe, agora depois dos 60 anos que ela tomou remédio para pressão e o diurético, senão outro remédio ela nunca usou, sempre usou os remédios naturais” (Boldo, 2022). Da mesma forma, outra agricultora destaca: “Sempre usei né, aqui em casa é sagrado o chazinho, de noite, sempre usei, desde pequena que eu me lembre que minha mãe usava” (Penicilina, 2022).

Com quem aprendeu?

Na verdade, foi com meu pai, ele vivia com os xaropes porque eu sempre fui meio anêmica e ele que fazia os xaropes para amarelão, ia lá se benzia, mas só benzer não dava, tinha que tomar o remédio, e era ele que fazia (Boldo, 2022).

Quando questionadas sobre a utilização das plantas medicinais, as agricultoras destacam: “No uso pessoal sim, nós usamos, pegamos qualquer coisa já fazemos chá, as meninas falam mãe! Eu já levo chá” (Hortelã, 2022). “Uso, eu não conseguia dormir, aí usava como calmante “(Cidró, 2021). Melissa (2021) também ressalta que, antes de produzir comercialmente, tinha os cultivos das plantas medicinais para o consumo da família. Da mesma forma, Erva Cidreira (2022) afirma ter “de tudo um pouco”, se referindo às variedades de plantas que utiliza.

Erva-doce (2022) afirma ter vínculo com as plantas medicinais “desde sempre”, relatando utilização pela família, especialmente quando tinha os filhos crianças. Stevia e Poejo (2021) relatam diversas receitas de remédios caseiros: “tem a pomada com calêndula e azeite também, fazia em banho maria, não sei quem que falou que tinha uma mulher com uma ferida que não sarava, e curou com aquela pomada” (Poejo, 2022).

Espinheira Santa (2022) relata utilização das plantas medicinais e, também, a elaboração de remédios caseiros para pessoas que a procuram, em busca de benzimento e das plantas medicinais. Também, Carqueja (2022) afirma que, além de usar as plantas medicinais, ensina fazer remédios caseiros.

Ah eu faço, que nem quando assim, vem muita gente pedir muda de gengibre e diz que não pega, aqui vem muito gengibre, aí uso o açafraão, casca de romã, orégano e cravo que é pra tosse. Eu faço pra uma mulher que mora lá do outro lado do asfalto, que tem uma menininha, ela é minha sobrinha, daí eu faço e dou os chás, ensino fazer [...] (Carqueja, 2022).

Todas as agricultoras relatam o uso das plantas medicinais, seja para o alívio de algum desconforto ou enfermidade e/ou, na alimentação, mas, também, para o cuidado com idosos, crianças, familiares em geral.

Eu acho que eu deveria ser um pouco bruxa (risos), porque sei lá, vem um pouquinho de tradição, eu sempre falo para minha nora, ontem eu levei hortelã para ela, hoje eu levei melissa, ela está se recuperando, se nos remédios químicos o princípio é planta, eu falo pra ela, faz um chazinho antes de dormir, de camomila, melissa, hortelã. Ontem eu fui lá tomar umas cuias de chimarrão com ela e ela tinha feito chimarrão com hortelã. Eu e meu marido, a gente usa muito chá. Faz o suco de meio-dia, já coloca o hortelã junto com o abacaxi. Eu tenho 67 anos, ele tem 71, a gente não toma nem remédio para pressão, é tudo assim esbanguelado, meio torto de trabalhar, mas doença, nenhum tem doença, eu acho assim que tudo vem do jeito que a gente vive, que a gente se alimenta e crê que acredita, diz olha, esse chá vai me fazer bem, pra dor de estômago, faz um chazinho, uma dor de cabeça, faz um chá antes de dormir, então assim, é uso, é ter em casa, eu não posso ficar sem, eu penso assim, se ficar com dor de barriga e não ter nada em casa é ruim. Não fico sem. É saúde e economia (Capim Limão, 2022).

Para além das variedades de plantas medicinais e conhecimentos sobre o reconhecimento destas, as agricultoras são detentoras de conhecimentos sobre sua manipulação, os quais foram repassados e testados ao longo de gerações. As agricultoras relatam que utilizaram chás para o aumento da imunidade no período de proliferação do vírus da Covid 19 e nos casos de familiares contaminados.

Sempre usamos, na verdade, quem quer da família pega e faz. Eu sempre usava, mas por outro lado eu penso assim, se você não tem nada, porque você vai tomar (risos). Mas eu faço, 3 a 4 vezes na semana eu tomo um chá ou outro, mas agora com a Covid a gente tomava mais direto o gengibre, cravo e canela para aumentar a imunidade e o açafraão, mas a minha filha e as crianças usam direto, daí a gente faz uma jarra e todo mundo toma, mas assim, não é todos os chás. Porque tem chá que, por exemplo, camomila eu não posso usar, alecrim eu não posso tomar, a camomila me dá tipo uma tontura, um mal-estar, uma sensação estranha, mas eu tenho ela. O alecrim me acelera o coração, aquele cidró é bom, a gente fala o chá da alegria, as crianças todas gostam, mas eu não posso tomar ele, se eu tomar de noite daí eu não durmo, daí de tarde ou de manhã, quando eu faço para eles, porque querem aquele chá ou poejo, daí se eu faço todo mundo toma, tipo antes das 10:30 por ali daí eu tomo um pouquinho, mas depois eu não tomo. E casca de laranja sim, eu faço direto, no lugar do café às vezes e leite ninguém toma, café pouco. Mais é o chá da casca de laranja, é bom, tem vitamina, é bom pra digestão também (Erva Cidreira, 2022).

Dentre as 16 agricultoras entrevistadas, identificamos duas benzedadeiras. “Eu benzo para ar, serve para dor de cabeça, enxaqueca ou essa paralisia facial [...] mordida de cobra, mordida de aranha, de ar, de ruga, de amarelão, quebrante, sapinho na boca dos bebês e a mímica é o mesmo amarelão” (Espinheira Santa, 2022).

[...] e eu que tava com ar no rosto, quase morri, aí tinha noninha Tavares, morreu com 90 anos que benzia, aí eu pedi se ela me ensinava, aí ela me disse, eu tô esperando se alguém se oferecer, porque para minhas filhas eu não posso passar, sabe coisa dos antigos, daí ela disse, você vem aqui que eu vou te benzer 3 vezes, se for ar você vai começar melhorar, gente eu tomava, penicilina, paracetamol e aquela dor, eu ficava meia fora de mim de dor, era a dor do ar, eu tinha ar no sangue, daí ela disse, você traz uma folha de caderno e uma caneta que eu vou rezando, que é tudo oração, um nome de cada santo para cada benzimento e daí você copia, se você rezar três vezes e aprender eu dou o dom, é teu, daí eu não benzo mais, se eu passar para frente eu não posso mais benzer, você sabe essa paralisia facial que torce o lábio para o lado? Com a cara parada? Eu acho que uns 5 já vieram aqui e ficaram bom (Espinheira Santa, 2022).

Espinheira Santa possui mais de 60 espécies de plantas medicinais. Além do benzimento, tal agricultora indica as plantas medicinais e manipula alguns tipos de xaropes, que são indicados para as pessoas que a procuram. “Faço, para o amarelão, teve uma época, que de outubro até dezembro no Natal, às vezes, eu entregava 4 a 5 litros por dia de xarope para amarelão”. A atividade é realizada sem custo, exceto ingredientes que não estão disponíveis no quintal produtivo “O que eu precisar comprar eu cobro, agora benzimento não. Oração, às vezes as pessoas ligam para fazer oração” (Espinheira Santa, 2022).

Interessante perceber que as agricultoras passaram a utilizar os meios de comunicação, as benzedeadas realizam tais atendimentos *on line*. A segunda agricultora, que realiza prática que poderia ser considerada benzimento, não se reconhece como tal, segundo ela, faz orações. Quando questionada sobre o vínculo com as plantas medicinais, ressalta:

Qual seu vínculo com as plantas medicinais?

Ahh, de toda vida, lá onde a gente morava também, era só gente atrás de remédio lá em casa, aí eu ensinava, esse é pra uma coisa, esse é pra outra, sempre os remédios, tudo o que eu falava para as pessoas, até tinha um ministro da eucaristia lá, que dava remédio, ele consultava, ele não perguntou se a mulher tinha pressão baixa e receitou um remédio pra ela, que a mulher não podia tomar, eu pergunto primeiro, se eu vou dar um chá peço, como que é tua pressão, daí já falo, esse remédio você não pode tomar, quem tem a pressão alta, gengibre não pode tomar muito, só se for pouquinho misturado no chá.

E com quem a senhora aprendeu?

Com a minha mãe, com minha avó, a minha avó morreu com 120 anos, ela fazia chás, era parteira, tinha doenças que médicos não curavam e a fé dela, fazia oração e curava, nossa, mesmo, a Maria, cunhada da Calêndula, que mora lá no Pinhalzinho me falou, se não fosse tua vó eu tinha morrido quando era pequena, porque ela ensinou tudo os remédios, fez oração pra mim e eu melhorei.

E a senhora benze?

Não, faço oração, pego o nome da pessoa e rezo. Faço minhas orações para os médicos, para todo mundo, quando eu faço minha caminhada rezo três terços todo dia de manhã, peço a Deus, nessa doença do Covid, o tanto que pedi, em nós não deu.. eu não queria que desse em ninguém né [...]

E as pessoas te procuram?

Sim, de Beltrão, meio que ligam, assim quando a pessoa tem febre, outro dia veio uma mulher e trouxe uma netinha dela e pediu pra mim fazer uma oração, levava de noite consultar, consultava e voltava com febre, várias vezes, daí eu sei rezar a oração de febre né, a minha mãe me ensinou até para cobra, eu posso ir num lugar sujo que não vejo nada, eu fui lá nos pés de manga, muito mato né, porque ficou assim, plantei uma carreira de manga, uma de nozes, plantei pinheiro lá, daí o marido dizia,, mas não vou lá naquele mato e eu ia, fazia minhas orações e entreva lá com uma vara e tirava as mangas, arrumava uma sacolinha pra um, uma sacolinha para outros, dei muito, espero que possa dar mais (Carqueja, 2022).

A utilização dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais resiste através da prática das agricultoras familiares, que são suas detentoras e transmissoras, são também, guardiãs de refúgios de muitas espécies, mesmo em meio às práticas capitalistas e patriarcais que perpassam o espaço rural. Assim, as agricultoras mantêm seus vínculos ancestrais com os conhecimentos tradicionais.

### **Considerações Finais**

Os conhecimentos tradicionais - relacionados às plantas medicinais - são testados e transmitidos entre gerações de agricultoras, nas relações de vizinhança e na família, mas também nas organizações de mulheres, como no Coletivo de Mulheres Agricultoras do Sintraf-FB. Assim sendo, neste texto, buscamos analisar o vínculo entre saberes tradicionais e as mulheres e verificar as mudanças e permanências em tal vínculo na constituição da modernidade, em que o modo capitalista se consolida.

Destacamos que a realidade pesquisada nos indica um processo de colonialidade, fruto da expansão capitalista e da cultura ocidental, que nega os conhecimentos e as práticas ancestrais, dentre elas a das mulheres referente ao cultivo, uso e manipulação das plantas medicinais. Todavia, este processo não é aceito de forma pacífica pelas mulheres pesquisadas, que resistem cotidianamente através da produção, consumo ou distribuição das plantas medicinais. São através destas ações que os conhecimentos tradicionais são expressos e se apresentam como alternativas, contra a exclusividade da modernidade química como forma de cuidados à saúde.

Os conhecimentos tradicionais relativos as plantas medicinais estão relacionados de forma direta ao cuidado com as pessoas, trabalho, geralmente doméstico, atribuído as

mulheres na lógica patriarcal dominante. Uma lógica que busca circunscrever as mulheres ao espaço privado e aos trabalhos reprodutivos não remunerados.

Observamos de forma interseccional dominação e desvalorização das mulheres e os trabalhos realizados com elas com as plantas medicinais, considerando a dimensão de gênero e de classe, pois as produtoras pesquisadas são Mulheres e Camponesas.

A desvalorização moderna relativa aos conhecimentos tradicionais das plantas medicinais, promovem uma tentativa de ocultamento dos saberes locais e dos sistemas tradicionais. As mulheres enfrentam dificuldades para a transmissão dos conhecimentos às novas gerações, seja pelas imposições da modernidade que os consideram anticientífico ou o próprio envelhecimento do campo.

Mesmo com o reconhecimento por lei dos conhecimentos e tentativa de salvaguardar o patrimônio genético das plantas, não tem sido suficiente para garantir também a preservação dos conhecimentos tradicionais e nem mesmo a valorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras pesquisadas. Na realidade é uma luta de um pequeno grupo com um sistema moderno industrial de produção de medicamentos e de não reconhecimento dos saberes e práticas das mulheres.

Mas como destacamos ao longo do trabalho, os conhecimentos relativos às plantas foram repassados por gerações e persistem/resistem à lógica capitalista da monocultura e às relações patriarcais, mesmo que em uma escala reduzida, mas não menos importante. As mulheres pesquisadas são guardiãs de espécies de plantas medicinais, de formas de uso e sua produção, na maioria dos casos é circunscrita ao quintal produtivo, a horta doméstica. Elas criam suas estratégias para preservação e recuperação das plantas medicinais, através das trocas das mudas, receitas ou informações.

Estas estratégias, no entanto, não representa uma ruptura com a hierarquia de gênero e nem com a exploração do seu trabalho reprodutivo e sustentada pela divisão sexual do trabalho, que naturaliza o processo de exploração e dominação masculina.

A utilização dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais resiste através da prática das agricultoras familiares, que são suas detentoras e transmissoras, são também, guardiãs de refúgios de muitas espécies, mesmo em meio às práticas capitalistas e patriarcais que perpassam o espaço rural. Assim, as agricultoras mantêm seus vínculos ancestrais com os conhecimentos tradicionais.

## Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de doutorado, no período de desenvolvimento da pesquisa.

## Referências

BRANQUINHO, Fatima Teresa Braga. **Da "química" da erva nos saberes popular e científico**. Campinas, SP. 1999. 209 p. Tese (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: [https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_1b9aed9769ecc0a34736cc5acae7c44d](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_1b9aed9769ecc0a34736cc5acae7c44d). Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm). Acesso em: 14 dez. 2024.

COSTA, Juliana de Almeida. Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias. *In*: BONI, Valdete *et al.* (org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica**. Tubarão: Ed. Copiart, 2015, p. 81 – 85.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf) . Acesso em: 14 dez. 2024.

FEDERICI, Silvia. A grande caça às bruxas na Europa. *In*: FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 2004. Tradução do coletivo Sycorax.

HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Tradução Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. **ClimaCom – Vulnerabilidade** [online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

KEMPF, Renata Borges; WEDIG, Josiane Carine. Processos de resistência de mulheres camponesas: olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário**, 2019, v. 20, n. 43. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e111>

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MAGNI, Marciana; PEGORARO, Sheila; CUSTÓDIO, Jorge Ricardo Luz. A (in)suficiência da Lei 13.123 de 2015 na proteção do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 42886-42904, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-055>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12577/10555> . Acesso em: 14 dez. 2024.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da ingualdade de gênero. In: PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

QUIJANO Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino americanas. 2005, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod\\_resource/content/1/12\\_Quijano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4109238/mod_resource/content/1/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2024.

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves. Mulheres agricultoras e a produção de ervas medicinais: o caso da Associação das Mulheres Produtoras de Ervas e Produtos Medicinais de Francisco Beltrão – AMPEMA. In: FLÁVIO, Luíz Carlos; SANTOS, Roselí Alves (org.). **Plantas medicinais**: o resgate de um patrimônio cultural. 1. ed. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2018, p. 57- 76.

SCHMITZ, Aline Motter. **A territorialização dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais**: a experiência do coletivo de mulheres agricultoras do Sintraf-FB. 2023. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

SHIVA, Vandana. Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência. In: SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 37–51.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003, 240 p.

Recebido em 11/07/2024. Aceito para publicação em 16/12/2024.
--